

A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal)

MARIA DO CARMO RIBEIRO¹
Universidade do Minho

MANUELA MARTINS²
Universidade do Minho

Resumo: Este trabalho analisa o percurso histórico da cidade de Braga, através da caracterização das grandes etapas de consolidação urbana que a cidade conheceu desde a sua génese, no período romano, até à atualidade. Pretende igualmente colocar em evidência os mecanismos históricos responsáveis pelas continuidades e/ou descontinuidades urbanas registadas na evolução diacrónica da paisagem urbana bracarense, bem como as condições particulares que têm permitido os resultados alcançados com o seu estudo, potenciados pela variedade de fontes disponíveis que permitem documentar as sucessivas transformações urbanísticas e arquitetónicas e pelo facto da cidade se ter desenvolvido ao longo das suas grandes etapas, ocupando/ reutilizando, de forma parcial ou integral, áreas anteriormente urbanizadas.

Palavras-chave: Cidades históricas; Braga (Noroeste de Portugal); Evolução diacrónica.

Abstract: This paper analyzes the historical development of the city of Braga, through the characterization of the great phases of urban consolidation that the city knew from its origin, in the Roman period, until the present time. It also seeks to highlight the historical mechanisms responsible for the urban continuities and / or discontinuities recorded in the diachronic evolution of the urban landscape of Braga, as well as the particular conditions that have allowed the results achieved with its study, favored by the variety of available sources to document the successive urban and architectonic transformations and by the fact the city has developed along its main periods, occupying / reusing partially or fully the previously urbanized areas.

Key words: Historical cities; Braga (Northwest Portugal); Diachronic urban development.

Recebido em 06/03/2018 e aceito em 14/04/2018.

1 Professora Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do centro de investigação Lab2PT/UMinho mribeiro@uam.uminho.pt.

2 Professora Catedrática do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do centro de investigação Lab2PT/UMinho mmartins@uam.uminho.pt.

Introdução

O estudo do fenómeno urbano, nomeadamente no seu percurso histórico, conheceu nas últimas décadas um particular interesse e particularização. A reconhecida importância das cidades como facto e artefacto histórico tem alimentado estudos cada vez mais especializados, realizados por distintas áreas do conhecimento que têm o fenómeno urbano como objeto de estudo, onde se destacam, desde logo, a Arqueologia, a História, a História da Arte, a Arquitetura, o Urbanismo ou a Geografia. Na realidade, as questões que podemos colocar hoje às cidades históricas extravasam fronteiras cronológicas, cruzam várias temáticas e envolvem um conjunto de metodologias e de fontes diversificadas. Apesar de cada cidade na sua individualidade ter uma história para contar, o seu estudo contribui sempre para alimentar o debate sobre as questões transversais à história urbana, em particular e à história civilizacional, em geral (CLARK, 2013).

O objetivo deste artigo é precisamente contribuir para o melhor conhecimento das cidades históricas, tendo por base o caso particular de Braga. Localizada na região do Minho, no noroeste de Portugal, Braga constitui, a todos os títulos, um exemplo paradigmático no estudo da história da evolução urbana europeia, tendo conhecido uma ocupação permanente desde a época romana até à atualidade, num processo de ocupação/reutilização de áreas geográficas anteriormente urbanizadas, sucessivamente transformadas de forma parcial ou integral. Nela podemos hoje encontrar vestígios materiais dos sucessivos períodos que marcaram mais ou menos profundamente a sua estrutura urbana e arquitetónica e que permitem analisar as principais características dos diferentes momentos ocupacionais (romano, medieval e moderno), mas também as continuidades e/ou descontinuidades urbanas que tiveram lugar ao longo da sua história ocupacional. De igual modo, é possível valorizar os mecanismos históricos e as circunstâncias sociais, políticas e económicas que acompanharam a sua trajetória, responsáveis pela preservação, mas também pela mudança dos elementos que caracterizam as suas distintas formas urbanas. Braga oferece, por isso, como um caso de análise que permite perceber os processos

de formação e evolução das cidades históricas europeias, que se alteraram para dar resposta aos novos desafios que se foram impondo nos diferentes momentos da sua existência (CHOAY, 1970).

Mas, a cidade de Braga apresenta-se igualmente paradigmática por possuir um importante acervo de fontes, numeroso e diversificado. Entre estas destacam-se as fontes arqueológicas, resultantes de uma investigação consolidada ao longo de mais de quarenta anos de escavações consecutivas, levadas a cabo pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no âmbito do *‘Projeto de Salvamento de Bracara Augusta’* (MARTINS *et al.*, 2013). Os dados facultados pelas escavações, não só permitiram restituir o plano urbano romano fundacional, como caracterizar a sua persistência e alteração até à Alta Idade Média. A partir de uma leitura continuada das alterações registadas na Antiguidade Tardia, onde importa valorizar os processos históricos que se associam ao fim do domínio romano, à instalação e domínio dos Suevos, à integração da região no reino visigodo e à conquista muçulmana, é hoje possível perceber os contextos sociais e políticos que servem de pano de fundo à evolução de Braga até aos séculos VIII/IX, bem como caracterizar a primitiva cidade medieval, para a qual dispomos já de uma importante documentação medieval.

Por sua vez, as fontes iconográficas e cartográficas disponíveis permitem avaliar de forma continuada as alterações ocorridas na morfologia do espaço urbano entre o século XVI e o XIX, permitindo comprovar as poucas modificações registadas entre estes períodos. Na verdade, a cidade de Braga no século XIX não seria substancialmente diferenciada da cidade no século XVI e esta, por sua vez, pouco diferia da cidade medieval. Na realidade, as alterações introduzidas entre finais da Idade Média e o século XIX correspondem a modificações típicas do Renascimento e do século XVIII, que se encontram morfologicamente individualizadas e, nalguns casos, topograficamente descentradas. Neste sentido, e apesar das significativas alterações ocorridas no século XIX, determinadas pela modernização do centro urbano, nomeadamente pela abertura de algumas grandes artérias e pela regularização do sistema viário de matriz medieval, com a consequente destruição do correlativo parcelamento, julgamos que a preservação do tecido urbano medieval de Braga, assinalada por evidências

materiais e de marcas fossilizadas, visíveis à superfície, ou integradas em construções, associadas à muralha, ao parcelamento e ao sistema viário medievais, fazem dela um caso notável no estudo das cidades históricas (RIBEIRO, 2008; MARTINS e RIBEIRO, 2013).

A análise da evolução da paisagem urbana de Braga realizada neste trabalho contempla três das grandes etapas da sua história, nomeadamente, a formação da urbe romana até à constituição do burgo fortificado medieval na Alta Idade Média, a consolidação da paisagem urbana da Baixa Idade Média, atendendo à sua condição como senhorio eclesiástico e, por fim, as renovações e ampliações registadas na Idade Moderna. Para tal recorreremos a uma metodologia que valoriza o potencial das fontes disponíveis, nomeadamente os dados fornecidos pela arqueologia e pelas fontes documentais, a cartografia e a iconografia histórica, bem como o edificado histórico. A utilização articulada das diferentes fontes, a aplicação de abordagens regressivas, bem como o amplo recurso às tecnologias de informação têm constituído procedimentos fundamentais para o atual estado de conhecimentos, que aqui apresentamos.

De urbe romana a burgo medieval

Inserida no amplo processo de pacificação e reorganização da Península Ibérica, a fundação de *Bracara Augusta*, em torno dos anos 15/13 a.C., constitui um exemplo da política urbanizadora do imperador Augusto, que visou dotar a Hispânia romana de uma rede de cidades que cumpriam uma importante função na organização territorial, garantindo a eficácia da administração romana, a exploração dos recursos e a integração das populações indígenas (MARTINS *et al.*, 2017).

O local eleito para a fundação de *Bracara Augusta* situa-se no coração da atual região do Entre Douro e Minho, um território que possuía características naturais e culturais excecionais, já que corresponde à região mais desenvolvida do NO peninsular, aquando da sua integração no Império romano, no final das guerras cantábricas, a partir de 19 a.C. Trata-se de uma região que se encontrava pacificada desde a campanha de *Decimus*

Junius Brutus (138-136 a.C.), facto que terá potenciado uma reorganização das comunidades indígenas, conduzindo à emergência de novas unidades sociopolíticas, representados pelos *oppida* da região bracarense, que deixam perceber a sua função de lugares centrais, com amplo controlo visual sobre os seus territórios e sobre povoados de dimensões mais modestas. Esta nova ordem sociopolítica, que caracteriza o século I a.C., associa-se a uma intensificação dos contactos comerciais com os territórios romanizados do sul da Península, fazendo entrar a região galaico bracarense na órbita do mundo romano, muito antes do fim das guerras cantábricas, entre 29- 19 a.C., que ultimaram a conquista da Hispânia.

Implantada no centro do território ocupado pelos *Bracari*, o novo núcleo urbano favoreceu a rápida integração social das elites indígenas da região bracarense, que se constituíram como as principais beneficiárias do novo modelo de organização implantado pela administração romana e potenciou uma significativa deslocação de indígenas dos seus castros originais, indispensáveis no processo de construção do espaço urbano (MARTINS *et al.*, 2017). A privilegiada localização geoestratégica da cidade, com um bom controlo sobre o território envolvente e uma fácil acessibilidade a uma variada gama de recursos, potenciou a prosperidade e atratividade de *Bracara Augusta*, bem documentadas tanto pela arqueologia como pela epigrafia que nos elucidam sobre as atividades económicas e sobre a origem dos residentes (MARTINS e CARVALHO, 2016).

Apesar dos numerosos povoados proto-históricos existentes na região, que caracterizam o povoamento pré-romano (MARTINS, 1990; CARVALHO, 2008), a cidade será implantada num local sem anterior ocupação, sobre uma colina aplanada, com altitude máxima de cerca de 199 metros. As características topográficas deste local facilitaram a criação *ex-novo* de uma cidade perfeitamente ortogonal, de acordo os princípios de planeamento urbano romano (MARTINS *et al.*, 2017).

Do ponto de vista morfológico, os dados arqueológicos permitem documentar que a nova fundação romana foi planificada segundo uma malha ortogonal definida por um sistema de ruas regulares que se cruzavam perpendicularmente, estruturadas a partir da definição de dois eixos viários principais, o *cardo maximus*, que corria no sentido N/S e o *decumanus maximus*,

no sentido E/O, formando deste modo, quarteirões residenciais regulares. O projeto urbano fundacional de *Bracara Augusta* englobaria uma superfície retangular de cerca de trinta hectares, ocupando o *forum* um lugar central, situado na parte mais elevada da cidade (Fig. 1).

Tomando por referência a distância entre os eixos das ruas conhecidas encontramos uma medida recorrente de 156 pés (46,20 m), quer no sentido N/S, quer no sentido E/O, facto que sugere que estamos perante um modelo planimétrico muito regular, o qual recolhe paralelo nas subdivisões agrárias que formalizavam a centurição tradicional. Por outro lado, tendo por base a largura média de 12 pés para os eixos viários secundários, testemunhada tanto em cardos como decumanos e considerando que a maioria das ruas conhecidas até ao momento era duplamente porticada, julgamos que os pórticos de 12 pés, tal como as ruas com igual valor, terão feito parte do esquema concetual que presidiu à marcação da malha urbana de *Bracara Augusta*. Ora, se considerarmos o valor básico de 12 pés para as ruas e pórticos, que eram espaços públicos e os deduzirmos da medida de 156 pés, entre os eixos das ruas, chegamos ao valor de lotes de construção privados quadrados, com 120 pés de lado, o que corresponde, na prática, a áreas construídas de 1 *actus* (35,52 m x 35,52 m). Esta medida apenas variava nos quarteirões limítrofes, quer do cardo, quer do decumano máximos, onde as áreas reservadas à construção seriam ligeiramente menores (120 x 114 pés = 35,52m x 33,74m), devido à maior largura daqueles eixos viários (MARTINS *et al.*, 2017).

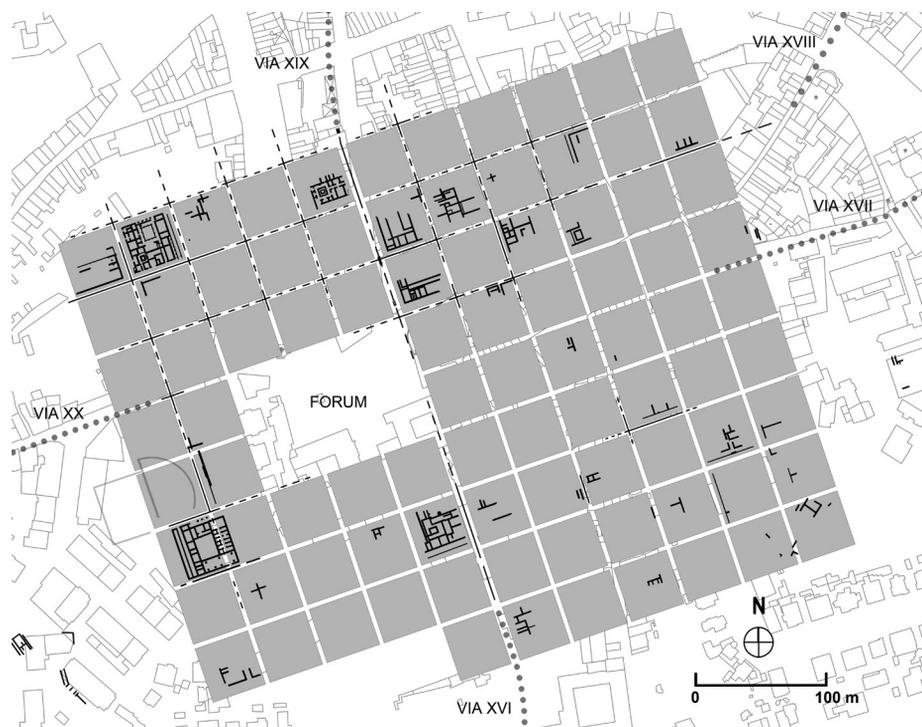


Figura 1 - Malha urbana de *Bracara Augusta* no século I.

À semelhança das cidades romanas fundadas *ex nihilo*, a cidade de *Bracara Augusta* constituía um espaço multifuncional planejado, dotados de áreas cívicas e equipamentos monumentais para a comodidade e ao serviço dos seus habitantes. Paralelamente ao *forum*, espaço basilar do poder ideológico e político romano, a cidade foi sendo progressivamente urbanizada e monumentalizada com infraestruturas, edifícios e espaços públicos, nomeadamente termas, como as do Alto da Cidade (MARTINS, 2005) e um grande teatro anexo (MARTINS *et al.*, 2013), um anfiteatro (MORAIS, 2001), bem como por *domus* integradas nos quarteirões, rodeadas por pórticos anexos às ruas (MAGALHÃES, 2010).

Bracara Augusta desempenhou um papel político fundamental desde a sua fundação pois foi sede do *conventus bracaraugustanus*, administrando um

vasto território e desempenhando funções de natureza judicial, financeira, militar e religiosa. Ao longo do Alto-Império conheceu um significativo desenvolvimento económico e urbanístico, favorecido pela complexa rede viária e fluvial que subsidiava a cidade e favorecia a rápida circulação de pessoas e produtos (MORAIS, 2005), tendo igualmente conhecido um forte incremento arquitetónico, que a transformou numa grande cidade, com uma área construída estimada de 48 hectares, que viria a ser cercada nos finais do século III/inícios do IV, quando a cidade foi elevada a capital da nova província da *Gallaecia*, criada pelo imperador Diocleciano (LEMOS, *et al.*, 2007) (Fig. 2). Assim, durante a tetrarquia a cidade vê reforçada a sua importância estratégica no contexto da administração da Hispânia romana, facto que se associa à documentada presença em *Bracara* de uma elite de funções, cujo investimento na remodelação das suas casas está bem documentado arqueologicamente nas reformas que estas conheceram ao longo do século IV. A introdução generalizada de banhos privados e a sofisticação dos espaços de receção e banquete, bem como os vestígios de elaborados programas decorativos, que ornamentavam pavimentos, paredes e peristilos, contribuíram para aumentar o capital simbólico das residências urbanas, servindo a emulação competitiva entre diferentes segmentos de uma elite que procurava ascender aos mais altos cargos políticos do estado romano (MARTINS *et al.*, 2016). A ampliação da área construída das casas implicou um avanço da construção sobre os pórticos públicos que ladeavam as ruas, tendo a paisagem urbano passado a ser mais compacta.

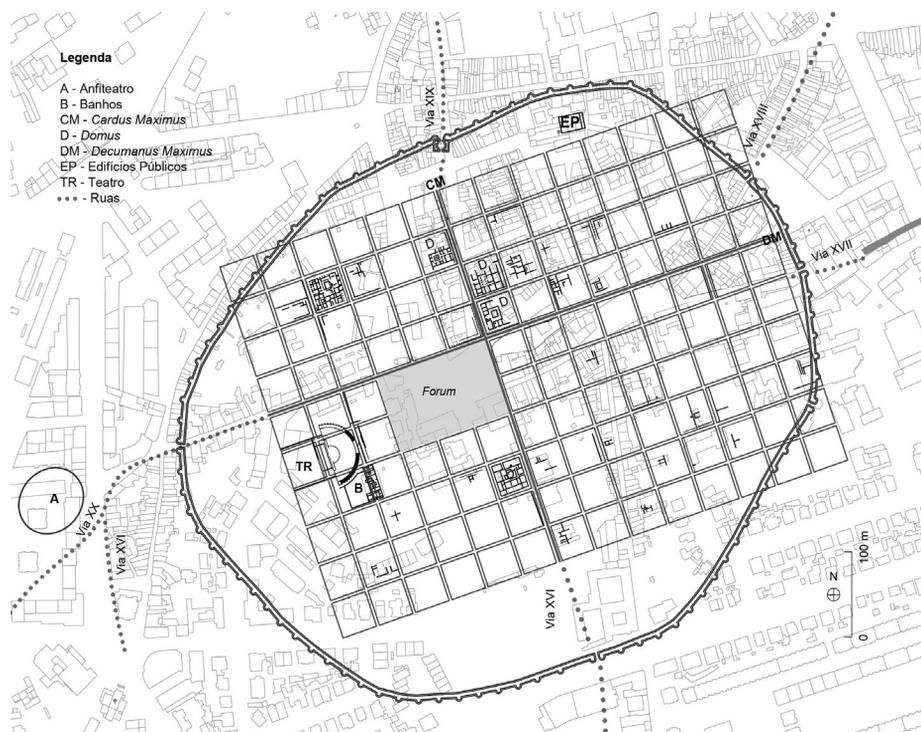


Figura 2 – Plano urbano de *Bracara Augusta* no século IV

Apesar dos complexos processos políticos e sociais que assinalam a instalação dos Suevos na região da *Gallaecia*, que fixam a sua capital em *Bracara*, os dados arqueológicos permitem considerar que a florescente cidade do século IV persistiu nos séculos V e VI, mantendo-se ocupada na sua maior extensão, definida pelo perímetro da muralha baixo imperial, constatando-se, igualmente, a persistência das importações que garantiam o regular abastecimento da cidade e uma intensa atividade artesanal, documentada pela produção de vidro e cerâmica (FONTES *et al.*, 2010). Assim, a cidade manteve-se durante o domínio suevo como um espaço urbano economicamente ativo, no qual residia uma elite que mantinha ainda elevados padrões de consumo. No entanto, é indiscutível que se opera uma mudança nas mentalidades e comportamentos dessa elite, cujo

poder e riqueza deixa de se expressar em investimentos nas suas residências. Paulatinamente, as *domus* do século IV, que ocupavam os quarteirões romanos, sofrem uma irreversível desarticulação e fragmentação, deixando de funcionar como residências unifamiliares, para dar lugar a várias habitações com características distintas, que denunciam novas formas de habitar e importantes mudanças de natureza sociocultural. A alteração da estrutura planimétrica das anteriores *domus* configura um novo modelo residencial, onde o peristilo cede lugar ao pátio distribuidor que dá acesso a um conjunto variado de ‘casas de vizinhos’, que se estruturam organicamente agregando um número variável dos anteriores compartimentos das casas, tendendo a crescer em altura. Para facilitar os acessos ao interior dos novos espaços rasgam-se passagens e, quando necessário, constrói-se sobre os próprios eixos viários, que se estreitam com o avanço irregular das fachadas (MARTINS *et al.*, 2016).

Tendo por base os dados disponíveis é possível considerar que a Braga sueva conheceu algumas alterações topográficas significativas que irão condicionar a futura evolução urbanística da cidade. Na sua origem está o processo de cristianização da área urbana e periurbana, o abandono de anteriores espaços e edifícios públicos, como aconteceu com o teatro e as termas públicas, bem como a paulatina desafetação de alguns eixos viários, de menor utilização após a construção da muralha que são invadidos por novas construções, que vão quebrando a rigorosa ortogonalidade da cidade romana (MARTINS *et al.*, 2016).

Globalmente podemos considerar que a evolução urbanística e arquitetónica de Braga ao longo da Antiguidade Tardia é devedora de um conjunto de dinâmicas socioculturais que entrecruzam a cristianização do espaço e da sociedade e o crescente poder dos bispos, bem como a ocupação orgânica de anteriores áreas públicas e o desenvolvimento de novos hábitos de vida e de habitar. Com efeito, a introdução de elementos urbanos de carácter cristão irá influenciar profundamente a topografia urbana, devendo-se à construção da primeira basílica paleocristã da cidade, erguida intramuros, entre finais do século IV/inícios do V, a criação de uma nova centralidade urbana com forte impacto na futura morfologia medieval. Aproveitando um anterior edifício civil, situado no local onde se

erguerá mais tarde a catedral medieval (FONTES *et al.*, 1997/98), o novo centro religioso da cidade, ao criar um novo polo político e administrativo, na origem do complexo episcopal bracarense, reconfigurou a lógica de circulação na área intramuros, condenando as anteriores áreas da cidade romana, como o *forum*, ou a área do teatro, a tornarem-se espaços periféricos, progressivamente ocupados de forma orgânica. Mas a cristianização do espaço faz-se igualmente sentir na periferia imediata da cidade onde se erguem novos edifícios de culto cristão, balizados cronologicamente entre o século VI e VII, que funcionarão como polos aglutinadores da população. Entre eles destacam-se as basílicas de S. Vicente, S. Pedro de Maximinos e S. Vítor, distanciados da catedral entre 800 a 1200 metros, provavelmente associados ao culto martirial e que darão origem às paróquias medievais da área suburbana (RIBEIRO e MELO, 2014).

As evidências arqueológicas permitem acompanhar as alterações que paulatinamente vão ocorrendo no espaço intramuros, entre os séculos V e VIII, nomeadamente através das remodelações funcionais e estruturais que ocorrem nos edificadros. Assim, sabemos que a partir do século VIII partes significativas da cidade começam a ser abandonadas, uma tendência que se manterá talvez no século IX, quando a cidade parece limitada a um terço da área ocupada no século IV, passando a população a concentrar-se apenas no quadrante NE. Esta área, protegida a norte pela muralha romana, terá tido como polo de atração o complexo episcopal, vindo a ser fortificada na parte sul por uma cerca, muito provavelmente entre os séculos IX e X.

Tendo por base os dados disponíveis julgamos possível considerar que as alterações topográficas que a cidade sofreu posteriormente ao século VII e que a transformam num acanhado núcleo urbano se articulam com a sua progressiva perda de influência, após a sua integração no reino visigodo, na sequência da invasão e saque de Braga, em 585, por Leovigildo (FONTES, 2011). Apesar de ter mantido a sua importância religiosa, como sede metropolitana eclesiástica da *Gallaecia provinciae*, que garantiu a sua continuidade como núcleo urbano, a cidade não teve capacidade para se recompor quando, a partir de 711, se registaram as primeiras incursões muçulmanas e, conseqüentemente, se verifica o abandono de Braga pelas autoridades eclesiásticas, fixando-se o seu bispo em Lugo. A documentação

canónica evidência que em Braga e nos seus arredores se terá mantido uma população residente significativa, em resultado, nomeadamente, das iniciativas de fixação da população dos bispos Odoário (cerca de 750) e Flaviano (cerca de 885) (COSTA, 1997: 45-70). A título de exemplo refra-se, igualmente, a realização de uma cúria régia, manda reunir por Afonso III, rei das Astúrias, cerca de 873.

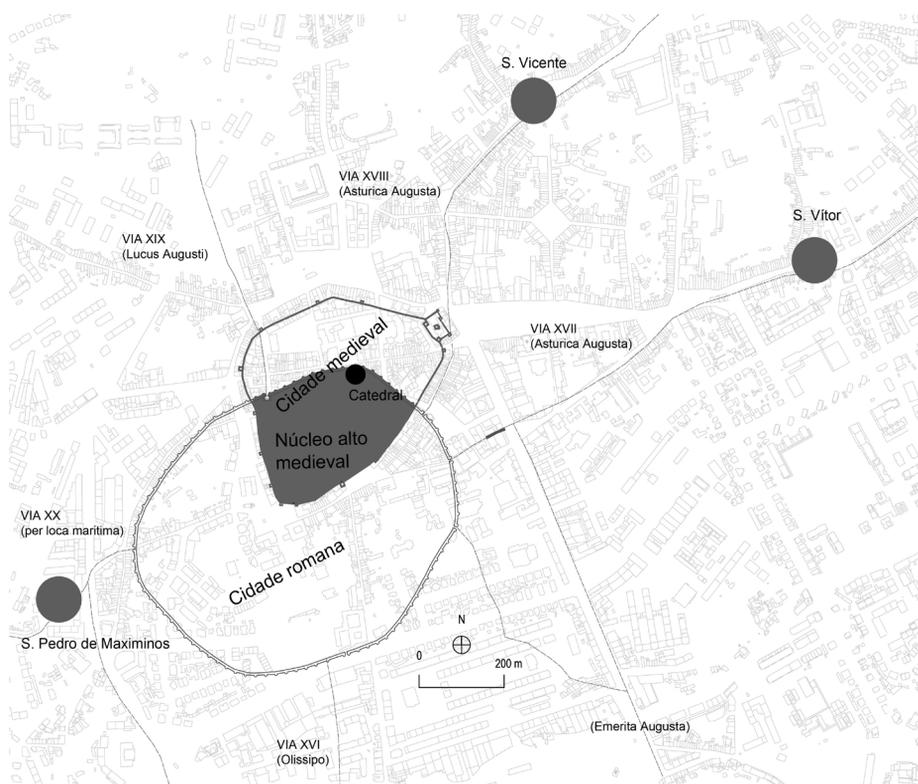


Figura 3 – Evolução urbana de Braga na Idade Média, com destaque para a área ocupada pela cidade entre os séculos VIII/IX e XII/XIII relativamente à cidade romana e baixo medieval.

Deste modo, entre os séculos VIII-XI, assistimos à constituição do pequeno burgo fortificado alto medieval de Braga, ocupando uma pequena

área, de aproximadamente 7 hectares, correspondente, aproximadamente, ao quadrante nordeste da cidade romana, e delimitado por uma cintura defensiva que reaproveitou a norte a muralha romana, e a sul se faz cercar por uma nova fortificação (Fig. 3).

Consolidação e desenvolvimento do urbanismo medieval: Vicissitudes de uma cidade eclesiástica

A semelhança do que ocorre com o urbanismo medieval europeu, onde, sobretudo a partir do século XI, se assiste ao “renascimento” urbano de muitos núcleos populacionais, também em Braga se verifica a consolidação e desenvolvimento do pequeno burgo fortificado alto medieval, nos finais daquela centúria.

A contribuir para esta situação encontramos a reabilitação política e eclesiástica que a cidade conheceu ao longo dos séculos XI-XIII, nomeadamente a restauração da arquidiocese de Braga, em 1071 e a eleição do bispo, D. Pedro (1070-1091), bem como a doação do couto de Braga e do seu termo, aos arcebispos, em 12 de Abril, de 1112. Esta doação, realizada pelos primeiros soberanos do Condado Portucalense, insere-se na política de reorganização e consolidação do território português no âmbito da denominada “Reconquista Cristã”, quando o referido Condado é doado por Afonso VI, de Leão, à sua filha bastarda D. Teresa e ao franco D. Henrique de Borgonha, que, por sua vez, concedem o senhorio de Braga aos arcebispos (COSTA, 1997: 2020-250).

Estamos, efetivamente, perante um novo período da história urbana de Braga, para o qual contribuem sobremaneira os arcebispos, senhores da cidade, que, através da sua atuação política e urbanística irão promover o robustecimento do pequeno burgo fortificado, que culminará nos finais do século XIV com a configuração de uma nova e maior cidade, protegida por um novo perímetro defensivo (RIBEIRO e FONTES, 2015) (Fig. 3).

Desde logo importa destacar o papel desempenhado do primeiro bispo, D. Pedro (1070-1091), cuja atuação constitui um marco decisivo para a revitalização urbana de Braga. Para além das múltiplas iniciativas

relacionadas com a reorganização da arquidiocese, a sua intervenção no alargamento do património eclesiástico, bem como na construção da catedral, constituem claros indicadores do poder e importância que os arcebispos irão ter nos destinos da cidade, nomeadamente em termos urbanísticos e arquitetónicos (RIBEIRO, 2017).

Na realidade, a construção da catedral, sagrada em 1089, constitui-se no grande marcador arquitetónico, em torno do qual a cidade se irá articular e desenvolver. Construída sobre a primitiva basílica paleocristã, a catedral terá conhecido um projeto inicial de grande envergadura, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório. Nas suas imediações terão sido, igualmente, construídos outros edifícios religiosos, como a escola episcopal, bem como vários anexos que se destinavam ao bispo, ao cabido e a serviços administrativos (COSTA, 1997: 213-223).

Esta política, nomeadamente de alargamento do património eclesiástico e intervenção na construção urbana, com maior ou menor tenacidade, terá continuidade no tempo dos sucessores de D. Pedro. Na realidade, ao longo dos séculos XII, XIII e XIV assiste-se ao aumento do património urbano eclesiástico através de vários legados testamentários e doações feitas aos arcebispos e ao cabido de Braga, mas também através de compras. Muito embora alguns indivíduos da sociedade laica fossem igualmente detentores de propriedade urbana, o facto de os arcebispos serem os Senhores de Braga e de uma parte dos edifícios se encontrar sob a sua dependência, mas também do cabido, e muitos cónegos a título individual, faz dos eclesiásticos um grupo com forte intervenção e influência no urbanismo medieval de Braga. A propriedade urbana, constituída maioritariamente por casas de morada, mas também por fornos, adegas ou lojas localizava-se em diferentes ruas do espaço urbano que, até ao século XII, se confinavam maioritariamente ao espaço amuralhado alto medieval (RIBEIRO, 2018).

Todavia, a partir do século XIII, as fontes escritas permitem documentar o aumento da área urbanizada para norte e nordeste da cidade, através do aparecimento de propriedades urbanas localizadas em artérias localizadas fora da muralha, registando-se, simultaneamente, o alargamento do sistema defensivo, com a incorporação de novas portas

(RIBEIRO e MELO, 2014). Trata-se, efetivamente, de um período de grande crescimento demográfico e urbano, que se irá avolumar até ao século XIV, acompanhado pela construção do castelo medieval, a noroeste da cidade e da nova residência dos arcebispos, a norte, ambos fora da muralha alto medieval (RIBEIRO, 2017a). Este processo culminará precisamente com a ampliação e reforço do sistema defensivo para norte e noroeste, nos finais do século XIV, que passará a incluir uma extensa área onde se situavam precisamente o castelo e o novo paço, duplicando praticamente a área urbana anterior, que passa agora para 15 hectares (Fig. 4). Os dados recuperados pela arqueologia demonstram precisamente que o tramo norte do sistema defensivo alto medieval é desativado nos finais do século XIII, circunstância que culminará com a definição da nova muralha, concluída nos finais do século XIV (RIBEIRO e FONTES, 2015).

Do ponto de vista morfológico, o plano urbano intramuros dos séculos XIV e XV reflete o percurso que a cidade conheceu, nomeadamente a sua génese, sobre um quadrante da urbe romana, mas também o processo de crescimento encetado a partir do século XIII, que passou a integrar anteriores zonas rurais. Deste modo, na área em que a cidade se sobrepõe ao plano romano, e apesar dos processos de reparcelamento aí ocorridos, as ruas e os quarteirões destacam-se pela regularidade, sobretudo na área mais interna do sistema defensivo alto medieval. Na verdade, muito embora as vias de circulação medievais se encontrem descentradas dos antigos eixos viários, apresentando traçados menos regulares, por vezes tortuosos, a lógica da orientação da estrutura viária medieval neste sector mantém-se idêntica à romana. A malha formada neste setor, definida por cinco ruas que correm no sentido norte-sul e uma no sentido este-oeste corresponde precisamente ao medieval 'Bairro das Travessas', documentado nas fontes escritas dos finais do século XIV. Em comparação com a estrutura viária romana verifica-se que o número de eixos orientados norte-sul permanece praticamente idêntico ao dos antigos *cardines* menores da cidade romana, assinalando-se na parte norte apenas mais um eixo viário, relacionado com a abertura de uma nova porta na muralha. No caso do número de eixos viários que corriam no sentido este-oeste assiste-se a uma redução, passando a existir apenas uma artéria com essa orientação, que irá corresponder à medieval

rua das Travessas. No entanto, na generalidade, não existe coincidência exata entre a estrutura viária romana e medieval, verificando-se que apenas a medieval rua Verde se mantém coincidente com um eixo romano (MARTINS e RIBEIRO, 2013). Na realidade, o avanço da construção sobre os eixos de circulação documentada para a Tardo Antiguidade, terá originado o desaparecimento dos eixos E/O romanos e a agregação das áreas dos antigos quarteirões romanos, formando deste modo novos quarteirões medievais maiores, de forma retangular, que se desenvolvem no sentido N/S. De igual modo, a fragmentação dos antigos quarteirões romanos acompanhou o crescimento espontâneo registado desde a Alta Idade Média, originado a sua progressiva subdivisão em pequenas parcelas.

O plano urbano da Braga medieval reflete ainda um outro tipo de morfologia urbana, resultante do processo de crescimento da área urbanizada que passou a integrar anteriores áreas rurais, bem como novos espaços que se desenvolveram nas proximidades da muralha, nomeadamente das portas. Neste caso, o tecido urbano caracteriza-se por eixos viários mais sinuosos e quarteirões claramente irregulares (Fig. 4).

Apesar da densidade viária que a cidade medieval apresenta na área intramuros, aproximadamente 18 arruamentos, a área englobada pela muralha do século XIV localizada a norte, mantém muitas das suas características rurais, sendo constituída maioritariamente por propriedades do cabido que envolviam o paço arquiépiscopal. Contudo, a construção deste paço, uma iniciativa do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), conjuntamente com o castelo, documentado em 1315 (MARQUES, 1983) irão potenciar o desenvolvimento de umas das artérias mais emblemática da cidade medieval. Referimo-nos concretamente à rua do Souto, com orientação E/O, que permitia uma ligação direta entre a residência dos arcebispos e a catedral, que se localiza imediatamente a sul, com o castelo, na extremidade oeste. A rua do Souto, começada a urbanizar no século XIII, constitui precisamente o espaço preferencial para a morada e/ou emprazamento de edifícios por parte dos membros da igreja (RIBEIRO, 2018).

Neste caso, destacam-se aproximadamente cinco eixos de circulação, correspondentes grosso modo às antigas vias romanas que, nos finais do século XIV, apresentavam um nível de urbanização bastante significativo (RIBEIRO e MARTINS, 2016). Todavia, a crise demográfica e as invasões castelhanas verificadas em Braga nos finais de trezentos, irão provocar um retrocesso no crescimento periférico, originando, nomeadamente a destruição de muitos dos seus edifícios (RIBEIRO, 2017a).

A cidade medieval, fortemente influenciada pela sua génese urbana e pela sua condição de senhorio eclesiástico, irá meter-se morfológicamente idêntica até aos inícios do século XVI, centúria em que se assiste à convergência de um número significativo de fatores que originaram a renovação urbana e arquitetónica da cidade de Braga.

A renovação e ampliação urbana de Braga na Idade Moderna

Os inícios do século XVI marcam uma nova etapa no desenvolvimento urbano de Braga, colocando-a em alinhamento com as tendências urbanísticas europeias dominantes, que promoveram uma nova conceção de espaço urbano, determinando, nomeadamente, o alargamento e expansão dos núcleos medievais de forma racional e estética.

A concorrer para esta situação encontramos uma conjuntura cultural, mas também política, económica e demográfica bastante favorável e, no caso particular de Braga, a governação do arcebispo D. Diogo de Sousa (1509-1534), que desempenhou um papel preponderante na definição das linhas mestres do crescimento urbano da cidade moderna, mas também, na renovação arquitetónica dos seus edifícios e espaço públicos.

D. Diogo de Sousa, que governou a cidade entre 1509 e 1534, possuía uma sólida formação intelectual, bem como um espírito modernista, enriquecidos pelo contacto pessoal que manteve com as novas tendências humanistas e renascentistas, aquando da sua estadia em Roma (COSTA, 1993; BANDEIRA, 2000a). Possuía, também, enquanto Senhor de Braga, o poder e os meios para tomar decisões de vulto, sustentadas pelo crescimento demográfico e económico que a cidade registava na época.

Em termos demográficos, a população havia praticamente duplicado, possuindo aproximadamente 3.575 habitantes nos inícios do século XVI, comparativamente aos 1.745 rastreados nos finais do século XV (MARQUES, 1983). De igual modo, a situação económica e comercial da cidade era favorável, sendo potenciada pela presença de numerosos profissionais, documentados pelas fontes históricas e iconográficas (AAVV, 1989-91).

D. Diogo de Sousa irá protagonizar um projeto de renovação urbana, através da abertura e/ou regularização de algumas ruas e praças intramuros, mas também mediante mudanças na fisionomia e arquitetura dos edifícios mais emblemáticos da cidade, como a catedral, o paço dos arcebispos e o castelo, concedendo um lugar de destaque aos locais para uso público e à criação de infraestruturas de abastecimento de água, procedendo à construção de chafarizes e fontes que, simultaneamente, embelezaram a cidade (RIBEIRO e MARTINS, 2012).

As alterações realizadas, quer no interior, quer no exterior do espaço urbano, encontram-se bem comprovadas nas fontes histórico-documentais, sendo o *Mapa de Braunio*³ o documento que melhor ilustra as reformas urbanísticas de D. Diogo de Sousa (Fig. 5).

Ao nível do centro urbano o seu projeto assentou na abertura de praças e de ruas, numa tentativa de racionalizar a circulação da cidade, mas também de a dotar de espaços e edifícios modernos, onde se incluem a nova casa da câmara, ou paço concelhio, construído nas imediações da fachada principal da catedral, mas igualmente o edifício para a venda de peixe, localizado na Praça do Pescado, também por ele mandada abrir, ou ainda a alfândega do castelo. A cidade passa assim a dotar-se de estruturas mais faustosas, fruto de uma elaborada forma e decoração escultórica e arquitetónica. O aparecimento de novas ruas e praças determinaram um

3. A obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun e Franz Hogenberg, publicada na cidade alemã de Colónia, entre os anos de 1572 e 1618, integra a gravura intitulada de *nova Bracarum Auguste descriptio* que terá sido produzida no ano de 1594, constituindo a primeira ilustração geral conhecida para a cidade, vulgarmente designada por Mapa de Braunio (Bandeira, 2000b).

tecido urbano mais regular, onde se destacam artérias mais largas e parcelas mais homogêneas, também elas com uma frente maior para a rua e um menor desenvolvimento em profundidade. Paralelamente, as construções adquirem uma nova dimensão arquitetónica, inspiradas nos padrões clássicos, retomados no Renascimento. A título de exemplo, refira-se a atual rua de S. João do Souto, mandada abrir por D. Diogo de Sousa, para permitir a quem entrasse por uma porta da muralha pudesse observar as renovações por ele mandadas realizar na cabeceira da catedral. Para a renovação arquitetónica da cidade, D. Diogo de Sousa atraiu artistas biscoinhos, que introduziram em Braga o estilo renascentista, designadamente, através da decoração gótica tardia / manuelina (RIBEIRO e MELO, 2012).



Figura 5- Mapa de Braunio

De igual modo, alguns dos edifícios que integram a cidade atual conservam ainda as características arquitetónicas e tipológicas dos inícios

da Idade Moderna, designadamente as que foram edificadas nas novas artérias que surgem no exterior da muralha medieval, mas, também, em zonas intramuros.

As reformas urbanistas de D. Diogo de Sousa contemplaram igualmente a expansão física da cidade, dedicando, por isso, particular atenção aos espaços extramuros, criando novos largos e ruas que permitiram o seu desenvolvimento para a periferia. Uma vez que a muralha medieval perdera a sua funcionalidade enquanto sistema defensivo, erguem-se novas construções nas suas imediações. De acordo com as portas da muralha e com as vias intramuros que a elas se ligavam, o arcebispo mandou abrir e embelezar um conjunto de largos, designadamente o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha. A importância destes espaços no crescimento periférico da cidade foi de elevada importância, porque ao ligarem-se entre si originaram o aparecimento de novas ruas na periferia imediata da muralha, que assumiram a fisionomia do traçado da cerca defensiva e porque todos os largos referidos mantinham uma estreita relação com as vias suburbanas que desde a época romana ligavam a cidade aos núcleos urbanos periféricos, potenciando o seu desenvolvimento e a sua articulação com o espaço rural (RIBEIRO, 2008).

Em resultado da própria ruralidade que caracterizava a zona envolvente da cidade e da falta de planeamento que regresse a construção nas suas margens, o parcelamento dominante ao longo das vias que ligavam a cidade à periferia caracteriza-se pelo predomínio da parcela gótica, com uma frente pequena para a rua e um amplo desenvolvimento em profundidade para o interior. A acompanhar este tipo de parcela encontramos, sobretudo nas zonas mais distantes do centro urbano, as casas de habitação típicas, formadas, no piso térreo, por uma porta e uma janela e, no piso superior, quando existe, por uma ou duas pequenas janelas de madeira (RIBEIRO, 2008).

Todavia, nas ruas que passaram a circundar o perímetro da cidade medieval as parcelas adquirem, por vezes, maiores dimensões, muito embora, os pequenos lotes surjam mesclados com outros mais regulares e maiores, onde a construção, para além de possuir uma frente mais larga

para a rua, se desenvolve igualmente em profundidade. A existência de mais espaço justifica um conjunto de novos edificadros de tipo burguês, construídos desde o século XVI (RIBEIRO, 2008). Contrariamente ao que se verifica no interior da cidade, o sistema de ruas periféricas origina grandes quarteirões irregulares, que começaram a desaparecer à medida que surgem novas ruas, sobretudo ao longo do século XIX.

A cidade dota-se, deste modo, de espaços e estruturas de continuidade, designadamente de um conjunto de saídas periféricas alternativas, que deram expressão a uma fisionomia perfeitamente radial, massivamente urbanizada durante os séculos seguintes. Na realidade, o crescimento periférico da cidade moderna e a morfologia decorrente da urbanização das vias limítrofes do centro urbano, bem como daquelas que o ligavam à envolvente, merecem particular destaque, por formalizarem e consolidarem definitivamente o plano radiocêntrico que irá pautar o crescimento de Braga até ao século XX. A Planta da cidade, elaborada no século XIX por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, na escala 1:4000 (Fig. 6), apresenta uma imagem muito sugestiva das alterações morfológicas que têm início na Idade Moderna, com as transformações decorrentes da intervenção urbanística de D. Diogo de Sousa.

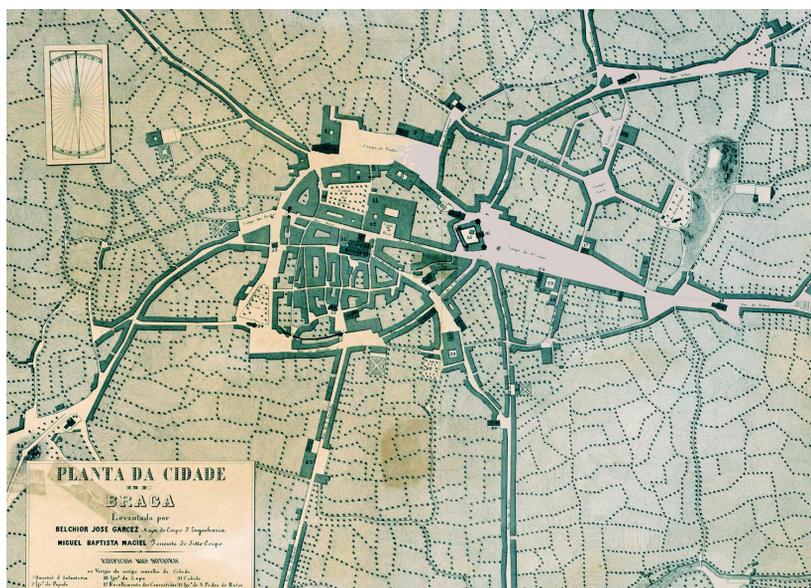


Figura 6 – Planta da cidade de Braga do século XIX

Ao longo dos séculos seguintes vários outros arcebispos irão intervir na cidade moderna de Braga, que irá atingir o seu ponto áureo com a adoção dos modelos da cidade barroca que vão dominar o cenário urbano bracarense a partir do século XVIII, pelas mãos dos arquitetos bracarense André Soares (1720-1769) e Carlos Amarante (1748-1815). Na realidade, o forte aumento demográfico registado na primeira metade do século XVIII impulsionou um grande surto urbanístico. Para além das grandes obras de natureza eclesiástica merecem particular destaque as obras de índole secular. Entre estas, sobressaem a criação de um novo bairro habitacional, o Bairro da Gavieira (do Quinteiro ou do Reduto) e a construção de edifícios destinados à habitação mas, também, as obras que se relacionam com o provimento de água, designadamente a monumentalização do complexo das Sete Fontes, realizado pelo arcebispo D. José de Bragança (RIBEIRO e MARTINS, 2012).

Breves considerações

Os conhecimentos produzidos até ao momento sobre a evolução diacrónica da paisagem urbana de Braga permitem inseri-la na rede de cidades europeias que desde o período romano conheceram uma ocupação continuada até à atualidade, contribuindo deste modo, para o estudo das questões transversais à história urbana, mas também para a análise das características urbanísticas inerentes aos diferentes períodos cronológicos. Simultaneamente, Braga protagoniza um percurso urbano relacionado com processos históricos que pautaram a sua origem e evolução romana, medieval e moderna, igualmente responsáveis por continuidades e descontinuidades ocupacionais que tiveram lugar ao longo da sua história.

Apesar das especificidades inerentes a história singular de Braga, os conhecimentos disponíveis permitem traçar as linhas gerais da sua evolução urbana, nomeadamente a sua génese como cidade romana, fundada *ex nihilo*, com plano ortogonal com cerca de 30 hectares, que atingirá cerca

de 48 hectares no século IV, dotada das imprescindíveis infraestruturas e equipamentos públicos que podemos encontrar em qualquer cidade do Império romano ocidental. Um longo processo de sucessivas alterações políticas, socioeconómicas e religiosas determinarão a progressiva mudança do tecido urbano romano e a sua evolução, na Alta Idade Média, para um pequeno burgo fortificado, estabelecido fisicamente sob o quadrante nordeste da anterior cidade romana, polarizado pela primeira basílica paleocristã construída nos inícios do século V. Trata-se de um pequeno núcleo urbano, com aproximadamente 7 hectares, que, entre os séculos IX e XIII, reutiliza o pano norte da muralha romana e se encontra delimitado a sul por um novo perímetro defensivo. A génese da morfologia urbana tardo medieval de Braga encontra-se neste pequeno burgo, que passará a incluir uma extensa área rural a norte, com o alargamento da muralha, que passa a abranger uma área urbana que não ultrapassa os 15 hectares. As transformações registadas na cidade a partir do século XVI foram marcadas pela regularização e abertura de novas praças e ruas no espaço intramuros e na periferia da cidade, circunstâncias que potenciaram o seu crescimento e modernização, originando uma grande cidade comparativamente à medieval e quase igualável à cidade romana.

A abordagem realizada até ao momento sobre as transformações que afetaram o tecido urbano de Braga desde o período romano até à Idade Moderna, assim como dos processos dinâmicos que determinaram a sua reconfiguração urbanística, só têm sido possível através da valorização do potencial oferecido pelos diferentes tipos de fontes disponíveis, nomeadamente da informação fornecida pela arqueologia e pelas fontes documentais, pela cartografia e iconografia histórica, bem como pelo edificado conservado. Todavia, torna-se igualmente fundamental dar continuidade às investigações, quer arqueológicas, quer históricas, visando produzir novos dados, sendo de destacar que Braga dispõe de um importante acervo de fontes documentais que carecem de ser analisadas em profundidade, tendo em vista avançar na produção de cartografia.

Referências

- AAVV *Maça das Ruas de Braga*. 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-91.
- BANDEIRA, M. S. M. D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta*, n.º. 103 (116), 2000^a, p. 19-58.
- BANDEIRA, M. S. M. *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000b.
- CARVALHO, H. *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarenensis*. 2 Volumes, Braga: Universidade do Minho, 2008. (Tese de Doutoramento em Arqueologia, <http://hdl.handle.net/1822/87555>).
- CHOAY, F. *El urbanismo. Utopías y realidades*. Barcelona: Lumen, 1970.
- CLARK, P. (Dir.). *The Oxford Handbook of Cities in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- COSTA, A. J. D. Diogo de Sousa. Novo fundador de Braga e grande Mecenaz da Cultura. *Separata do Livro de Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicacão da Catedral*, Braga, 1993, p. 15-118.
- COSTA, A. J. *O bispo D. Pedro e a organizacão da arquidiocese de Braga*. (2^a edição refundida e ampliada). Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.
- FONTES, L.; LEMOS, F. S.; CRUZ, M. "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervencão arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, s. II, n. 14/15, 1997/98, p. 137 -164 (<http://hdl.handle.net/1822/10299>).
- FONTES, L.; MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C.; CARVALHO, H. A cidade de Braga e o seu território nos séculos V -VII. IN: GARCÍA, A. (Coord.). *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo, s. VI-VIII*. Toledo: Toletum Visigodo, 2010, pp. 255 -262 (<http://hdl.handle.net/1822/13377>).
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; CUNHA, A. A muralha romana (Baixo Império) de Bracara Augusta. In: RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; RODÁ DE LLANZA, I. (Ed.). *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, 2007, p. 329 -341.

- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho, 2010. (Tese de mestrado, <http://hdl.handle.net/1822/13619>).
- MARQUES, J. *Braga medieval*. Braga, 1983.
- MARTINS, M. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia - Monografias 5, Braga: UAUM, 1990.
- MARTINS, M. *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitetura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM / NARQ, 2005. (<http://hdl.handle.net/1822/13410>).
- MARTINS, M. Bracara Augusta: a Roman town in Atlantic area. IN: ABAL CASAL, L. et al. (Ed.). *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis*. Portsmouth: Rhode Island, 2006, p. 213-222.
- MARTINS, M.; FONTES, L.; CUNHA, A. Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Ed.). *Arqueologia in Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação portuguesa de Arqueólogos, 2013, p. 81-88.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. IN RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (Coord.). *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29 -68 (<http://hdl.handle.net/1822/19522>).
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MAR, R. A construção do teatro romano de Bracara Augusta. IN: MELO, A. S. e RIBEIRO, M. C. (Coord.). *História da Construção. Arquiteturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, p. 41-76 <http://hdl.handle.net/1822/27274>.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, A. S. (Coord.). *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM, 2013, p. 11-44 (<http://hdl.handle.net/1822/23983>).
- MARTINS, M.; CARVALHO, H. As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, *Revista de Historiografia*, 25, 2016, p. 219-243.

- MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; MARTINÉZ PEÑIN, R.; RIBEIRO, J. The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueología Medieval*, 2016, p. 33-51.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C.; RIBEIRO, J.; MAR, R. Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In *In Roma Nata, per Italiam fusa, in Provincias Manat. La ciudad romana en el noroeste: nuevas perspectivas*. Lugo: Deputación de Lugo, 2017, p. 181-203
- MORAIS, R. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2, Braga: UAUM/Narq, 2005.
- MORAIS, R. Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, n. 30, 2001, p. 55 -76.
- RIBEIRO, M. C. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. 2 Volumes. Braga: Universidade do Minho, 2008. (Tese de Doutoramento em Arqueologia, <http://hdl.handle.net/1822/8113>).
- RIBEIRO, M. C. A (re) construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. IN: CAVERO DOMINGUEZ, G. (Coord.). *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. III. *La Ciudad y su discurso*. León: Universidad de León, Área de Publicaciones, 2017, p. 9-40.
- RIBEIRO, M. C. População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. IN: *II Congresso Internacional As Cidades na História: Sociedade* (18 a 20 de outubro de 2017). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (artigo no prelo, submetido em dezembro de 2017a).
- RIBEIRO, M. C. O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga”. IN *II Jornadas Internacionais de Idade Média. Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval* (05 e 07 de outubro de 2017). Castelo de Vide: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e pela Câmara Municipal de Castelo de Vide (artigo no prelo, submetido em Janeiro de 2018).
- RIBEIRO, M. C. e FONTES, L. The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries.

IN: MARTÍNEZ PEÑIN, R. (Ed.). *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Braga/ Lleida: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, n. 67, 2015, p. 29-45 (<http://hdl.handle.net/1822/39013>).

RIBEIRO, M. C. e MARTINS, M. Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737)". IN: MARTINS, M.; FREITAS, I. e VALDIVIESO, I. (coord.) *Caminhos da Água*, Braga: Ed. CITCEM, 2012 p.179-222 (<http://hdl.handle.net/1822/19871>).

RIBEIRO, M. C. e MARTINS, M. O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. IN: *Os Espaços da Morfologia Urbana. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM)*. 2016, p. 27-38 (E-book: <http://hdl.handle.net/1822/42510>).

RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. A mobilidade dos artistas Biscainhos nas construções medievais portuguesas. Estudo preliminar. IN: *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População, Cidade Antiga / Cidade Medieval*, Guimarães: Câmara Municipal, 2º vol., 2012, p. 149-176 (<http://hdl.handle.net/1822/26910>).

RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII- XVI): a ação dos mesteres e das instituições religiosas. IN: RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (Coord). *Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferia*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, p. 79-115 (<http://hdl.handle.net/1822/32445>).